

Democracia e ^{28.1.54} Senso Alto

Antigo político e jornalista está preconizando para curar os males desta nossa triste democracia o **senso alto**. Dado fôsse adequado o remédio à doença, impossível seria ministrá-lo. Com a demagogia à solta, como anda, e o populismo dominante na governação e fora dela, aconselhar o **senso alto** seria como receitar um remédio posto fora, inteiramente, do alcance do doente. Tal regime eleitoral, só mediante revolução, e revolução necessariamente reacionária.

Entretanto, redondamente se engana quem supõe que o **senso alto** possa resolver o nosso fundamental problema político. Não que não fôsse desejável um corpo eleitoral mais consciente e esclarecido, embora menos numeroso: a qualidade supriria vantajosamente a quantidade. Mas nenhum critério se descobriu, até hoje, capaz de permitir a seleção justa e conveniente.

O mais antigo é o da renda. Supõe-se que um mínimo de condições econômicas confira uma capacidade cívica, que aos menos abastados minguariá. Nada menos exato. A mais simples observação (e para ela é campo especialmente favorável o nosso Estado) a mais simples observação demonstra em pessoas humildes, campônios sem um palmo de terra sua, uma consciência cívica, um devotamento ao bem público, que muitas vezes falta em pessoas confortavelmente instaladas na vida. E, no extremo oposto de escala, não raro é verem-se pessoas que somente se preocupam com multiplicar os seus grandes haveres e à sua insaciável cobiça sacrificam sem o mínimo escrúpulo o bem comum. Não é, pois, por tal escala, que se há-de medir a capacidade cívica.

Outro critério é o da instrução. Certamente mais razoável, é também enganoso. Simples instrução não dá civismo: quando muito, fornece maiores elementos com que o civismo se exerça. Ainda aqui, fácil é comprová-lo. Enquanto pessoas iletradas há que demonstram admirável intuição no conhecimento dos negócios públicos, doutores e até professores existem que os ignoram completamente e se orientam unicamente, ao votar, por seus interesses pessoais e imediatos. Podendo-se presumir bons eleitores, são estes, de fato, péssimos. Ainda neste caso, falta o critério seguro para pôr em prática o **senso alto**.

Exige-se geralmente, é verdade, que o cidadão saiba ler e escrever. O voto dos analfabetos cria problemas difíceis. Demais, sendo obrigatória a instrução primária nos países civilizados e, portanto, generalizada onde a disposição seja cumprida, nem a exigência, perfeitamente razoável, da posse do curso primário, se pode considerar critério para o estabelecimento do **senso alto**; somente o curso secundário obraria neste sentido. O curso primário constituiria, então, condição geral de capacidade, como qualquer outra.

Que outro critério se poderia seguramente adotar para o estabelecimento do **senso alto**? Não nos consta tenha sido encontrado.

Mas, não sendo possível fugir ao sufrágio universal, já por não mais ser possível aboli-lo, já por não se ter como substituí-lo, que providências tomar para lhe aperfeiçoar a aplicação? A resposta só uma pode ser: não havendo como selecionar os cidadãos, prepará-los todos convenientemente, isto é, educá-los a exercer a função fundamental da democracia, que é votar.

Será este o papel da escola? Em parte. Enganar-se-ia quem supuzesse que a recitação de algumas máximas de educação moral e cívica possa produzir algum resultado. Sem um ambiente cívico adequado e a força do exemplo, são palavras que entram por um ouvido e saem pelo outro. Se a escola norte-americana exerce notável influência na formação cívica dos alunos, é por ser ela mesma uma forma de democracia em ação e valer mais ali o espírito do que as palavras.

De toda forma, a escola só por si não basta. A educação política faz-se fazendo política. *C'est en forgeant qu'on devient forgeron*. Mas esta escola, que não era das melhores, esteve fechada por longos anos, durante o Estado Novo. Reaberta nos moldes antigos, trouxe, a mais, consigo, todos os vícios da demagogia então e até agora imperante. A pura verdade é que a redemocratização do País se fez com uma geração de eleitores que não tinham a menor experiência, nem, sequer, um exato conceito do regime e das responsabilidades que êle implica. A redemocratização foi feita formalmente em 1945; falta agora fazê-la realmente, não excluindo da atividade política, mais ou menos arbitrariamente, determinadas categorias de cidadãos, senão, pelo contrário, educando-os todos para a vida pública.

Como consegui-lo? Por um regime político adequado, que dos cidadãos exija mais do que o voto no dia da eleição. Em outras palavras, necessário se faz substituir o nefasto sistema presidencial, simples ditadura constitucional, pelo sistema parlamentar que faz, dos cidadãos e dos seus representantes, efetivos e contínuos participantes da vida pública. Esta é a fórmula, este o remédio capaz de elevar a vida pública brasileira.

Estranho é não a preconize, em vez do **senso alto** (pretensa seleção na geral incapacidade política) quem historicamente, pelo menos, tem sérias responsabilidades com a reforma parlamentarista, eleito que foi em várias legislaturas pelo Partido Federalista.